

<https://doi.org/10.26512/pl.v11i22.41957>

Ensaio recebido em: 11/02/2022
Ensaio aprovado em: 24/06/2022
Ensaio publicado em: 19/09/2022

REALISMO MORAL E EVOLUÇÃO

ensaio a partir de 'a darwinian dilemma for realist theories of value', de Sharon Street

MORAL REALISM AND EVOLUTION

essay from the 'a darwinian dilemma for realist theories of value' by Sharon Street

Mariana Rocha Bernardi¹

(mrocha2@ucs.br)

Ismail Fagundes²

(ismailfagundes@gmail.com)

Resumo: O presente ensaio tem por objetivo principal explicitar a posição da autora Sharon Street no artigo de nome *A Darwinian Dilemma for Realist Theories*, com o intuito de compreender, em especial, o problema da evolução no surgimento de valores morais em relação à posição realista moral. Além disso se pretende com o presente divulgar estas contribuições à comunidade acadêmica de língua portuguesa, tendo em vista a importância de ampliar o debate contemporâneo acerca dos temas da metaética. Para além da resenha, apresentamos brevemente a noção do realismo moral e os problemas que podem se originar dessa teoria, a fim de contribuir com o estudo realizado pela autora.

Palavras-chave: Metaética. Realismo moral. Dilema darwiniano. Evolução. Sharon Street.

Abstract: The main objective of this essay is to explain the position of the author Sharon Street in the article entitled *A Darwinian Dilemma for Realist Theories*, in order to understand, in particular, the problem of evolution in the emergence of moral values in relation to the moral realist position. Furthermore, it is intended with the present to disseminate these contributions to the Portuguese-speaking academic community, in view of the importance of expanding the contemporary debate on the themes of metaethics. In addition to the review, we briefly present the notion of moral realism and the problems that may arise from this theory, in order to contribute to the study carried out by the author.

Keywords: Metaethics. Moral realism. Darwinian dilemma. Evolution. Sharon Street.

¹ Doutoranda em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestra e Graduada em Filosofia pela mesma instituição.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8383354831193667>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5805-9588>.

² Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestre e Graduado em Filosofia pela mesma instituição.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6040452825010861>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4548-1296>.



INTRODUÇÃO

Sharon Ann Street (nascida em 1973) é pesquisadora e professora no Departamento de Filosofia da Universidade de Nova York (NYU). Filósofa especializada em metaética, que através de suas contribuições acadêmicas busca reconciliar o entendimento da normatividade com as concepções analisadas pelas ciências, tal como as influências da evolução natural na valoração humana. Alcançou o grau de PhD (doutorado) em filosofia no ano de 2003 na Universidade de Harvard, defendendo a tese *Evolution and the Nature of Reasons (Evolução e a Natureza das Emoções)*, sob a orientação da renomada filósofa Christine Marion Korsgaard.

Em que pese Street seja reconhecida internacionalmente pelas suas contribuições entre os pesquisadores na área de metaética, seus artigos, até o momento, não estão disponíveis em língua portuguesa. Assim, por meio desta resenha, visa-se contribuir com a comunidade acadêmica de língua portuguesa através da divulgação das ideias centrais de seu supramencionado artigo, o qual tornou-se bastante influente devido sua robustez argumentativa ao explicitar problemas cabais à tese do realismo moral.

242 Duas leituras possíveis, porém, ambas problemáticas, quais sejam, que o realismo moral analisado é somente levado em consideração estritamente conforme a evolução da espécie, e a ideia de que o antirrealismo acerca do valor estaria correto (valorar viria antes do valor em si, primeiro surgiram seres capazes de valorar, e estes teriam se adaptado às pressões da seleção natural).

O estudo da metaética tem por objetivo a análise das propriedades epistêmicas, semânticas e ontológicas dos comportamentos éticos³, bem como das suas respectivas normas, ou seja, trata-se de um campo de estudo da filosofia que tem por escopo ponderar sobre as bases ou motivos que nos fazem agir moralmente, as razões pelas quais tomamos um certo juízo moral e a existência ou não de propriedades morais. A metaética busca esclarecer o sentido ou a razão de onde provém um comportamento ou julgamento de ordem moral, independente de um posicionamento conforme alguma teoria ética em particular.

A metaética também abrange o estudo das possibilidades de universalização de juízos morais, seu estatuto ontológico (existem fatos morais?) e seu caráter epistêmico (podemos conhecer o que é o certo a ser feito?), conforme apresenta Dall'Agnol descrevendo o que chama de "dilema fundamental da metaética":

3 No presente estudo utilizamos os termos "ética" e "moral" como intercambiáveis, semelhante ao empregado por Singer (1999, p.4).



[...] ou há fatos morais e propriedades que garantem a natureza cognitiva dos juízos morais, isto é, a sua objetividade e sua verdade; ou não há. Se há, então, a dificuldade é esclarecer o estatuto ontológico de tais propriedades e explicar a sua possibilidade. Se não há, então o problema é compreender por que as pessoas falam, pensam e agem como se tais entidades existissem, e explicar em que medida o pensamento moral não é ameaçado pela sua eventual inexistência. Formulado dessa maneira, esse problema toca nas principais questões metaéticas, ou seja, em vários problemas filosóficos, epistêmicos, ontológicos etc.) sobre a natureza da própria Ética enquanto reflexão sobre a moral (DALL'AGNOLL, 2013, p. 10).

Teorias éticas normativas (tais como a utilitarista e a kantiana) trabalham com as formas através das quais nos comportamos e/ou como devemos nos comportar; e se esse comportamento possui valor moral. Já a metaética trabalha os porquês, os motivos pelos quais fazemos certas escolhas no campo moral, podendo estar este comportamento baseado ou não em uma doutrina ética.

No campo da moralidade, atribuímos conteúdos de valor a diversas situações, ou seja, julgamos de forma valorativa as pessoas e as situações protagonizadas por elas. Dizemos que “isto é bom”, “isto é ruim”, “aquilo não é bom”, “aquela pessoa é má” para traduzir intenções que pretendem exprimir aproximação ou afastamento de certas situações ou indivíduos, de modo que passamos a agir de forma positiva ou negativa com base nos julgamentos ou juízos de valor que fazemos.

Quando dizemos “algo é mau” ou “aquele alguém é mau”, há conteúdo de valor na indicação do fato ou da pessoa e uma orientação que sinaliza para um afastamento, como uma sinalização para não se aproximar, não se envolver, evitar. Se dissermos, “aquela pessoa é ruim” ou “aquela pessoa é má”, estamos indicando alguém para quem atribuímos um valor negativo, e assim, de quem pretendemos distância, seja porque não nos fará bem, seja porque houve orientação neste sentido. A indicação do que é bom e do que é mau tem a ver com as relações que construímos em sociedade ao longo dos anos e a valoração que atribuímos a certos comportamentos, condutas, como sendo ou não reprováveis, valiosos que são (ou não) para o contexto em que se está inserido.

Existem diversas teorias no campo da metaética que tentam dar conta da natureza dos juízos morais, entre elas as que referem à existência de fatos morais, outras à sua inexistência, algumas consideram que eles existem, mas que não são cognoscíveis, além das que



consideram que a moralidade provém da natureza e das que referem ao fato de que são produções humanas, a partir de uma construção.⁴

Adepta do construtivismo como teoria metaética, a autora Sharon Street é professora do departamento de filosofia da Universidade de Nova Iorque e teórica contemporânea em metaética, analisando especialmente as relações e divergências entre os argumentos que embasam o realismo moral, como é o caso do artigo de sua autoria, *A Darwinian Dilemma for Realist Theories of Value*, que se pretende analisar através do presente escrito.

1 CONSTRUTIVISMO E REALISMO

Devemos iniciar esclarecendo o que é construtivismo na metaética, a principal teoria pesquisada pela autora Sharon Street. Na conceituação dada por Stephen Darwall, Allan Gibbard e Peter Railton, citados por Street, o construtivismo busca definir quais princípios constituem padrões válidos de moralidade e que não existiriam fatos morais independentes da conclusão de um certo procedimento hipotético (STREET, 2010). Nas palavras da autora, “visões construtivistas entendem a verdade normativa não meramente como descoberta ou coincidindo com o resultado de um determinado procedimento, mas como constituída pela emergência desse procedimento”⁵ (STREET, 2010, p. 03).

Na explicação de Lucas Dalsotto:

[...] teorias construtivistas, por sua vez, explicam o valor a partir da imagem de construção, o que sugere que as relações normativas são produto da atividade dos agentes. Assim, o construtivismo é capaz de acomodar o caráter prático e objetivo de tais juízos, isto é, é capaz de explicar a relação entre a autoridade dos juízos normativos e de que modo eles podem nos motivar a agir (DALOTTO, sem data).

Simplificadamente, o

Construtivismo é uma argumentação sobre a natureza da verdade moral. De acordo com os construtivistas, a verdade moral é feita (ou construída) e não encontrada, criada ou descoberta. Para ser mais preciso, a tese construtivista

⁴ São considerados antirrealistas morais aqueles que se posicionam contrários ao realismo moral em qualquer de suas formas, cabendo aqui diversos posicionamentos metaéticos para além do construtivismo defendido por Street, dentre os quais algumas vertentes não concordariam com os construtivistas (como por exemplo os adeptos do expressivismo).

⁵ Do original: “[...] constructivist views understand normative truth as not merely uncovered by or coinciding with the outcome of a certain procedure, but as constituted by emergence from that procedure.”



é a seguinte: verdade moral é simplesmente o que implicado pelo (ou tem ocorrência a partir do) ponto de vista prático (DANAHER, 2010, tradução nossa)

Trata-se de uma posição teórica na qual o procedimento é o objeto para se chegar a um juízo moral, pois estes não surgem simplesmente, mas são determinadas por um sistema de elementos que constituem uma espécie de fórmula para se alcançar tais juízos. Um exemplo que pode ser dado é o construtivismo apresentado por Rawls em sua obra *Uma Teoria da Justiça* (2002) através da aplicação do equilíbrio reflexivo.

Por outro lado, existem outras abordagens que entendem o problema de maneira distinta. Diferentemente do construtivismo, que vai “se construindo” por meio de procedimentos que são estruturados por cada sociedade em cada contexto social, o realismo moral é a teoria metaética que defende que a verdade moral existe independentemente da crença ou do efetivo “uso” dessa verdade pelos indivíduos. Conforme descreve Dupré:

Em sua forma mais robusta a afirmação do realista moral é de que os valores éticos são fatos morais objetivos: entidades que, em algum sentido, são parte do "mobiliário" do universo, ou propriedades que estão entrelaçadas em seu "tecido". Assim, os valores éticos têm um status essencialmente igual ao dos objetos físicos da ciência. A característica diferencial dessas entidades é que elas carregam algum tipo de força prática e prescritiva - são orientadoras da ação, no sentido de que compreender o erro da crueldade é reconhecer uma compulsão para não agir com crueldade. (DUPRÉ, 2019, p. 19)

Complementando essa explicação, nas palavras de Marco Aurélio Caetano Oliveira, “um realista moral não aceitaria que a validade dos princípios morais dependa de uma pessoa, grupo de pessoas ou mesmo uma sociedade. Por esse motivo, algumas posições realistas afirmam que a realidade que nos cerca é *mind-independent*.” (OLIVEIRA, 2012, p. 234), ou seja, a verdade moral existiria mesmo que a disposição mental seja diversa ou a desconheça.

2 REALISMO MORAL E SEUS TIPOS

A autora Sharon Street parte justamente dessa caracterização do realismo moral e sua pretensa inconformidade com a teoria evolutiva ou o papel da evolução na emissão de juízos morais. Em seu artigo *A Darwinian Dilemma for Realist Theories of Value*, ela inicia mencionando que a marca do realismo moral é justamente defender que existem fatos morais ou verdades morais, ou ainda, fatos avaliativos que são



independentes das atitudes avaliativas. Os primeiros (os fatos morais) seriam caracterizados por uma normatividade que determinaria a realização de algo (fazer alguma coisa) em razão de um motivo, ao passo que as atitudes avaliativas seriam estados⁶ tais como

[...] desejo, atitudes de aprovação ou desaprovação, tendências avaliativas não refletidas, como a tendência de experimentar X em favor de Y, e consciente ou inconscientemente manter julgamentos avaliativos, tais como julgamentos sobre o que é a razão para o que, sobre o que cada um deveria ou deve fazer, sobre o que é bom, valioso, ou que valha a pena, sobre o que é moralmente certo e errado, e assim por diante. (STREET, 2006, p. 2)

Na explicação da autora, é importante conceber que para os realistas, assim como para os antirrealistas construtivistas, os fatos morais ou fatos avaliativos existem de forma independente da atitude específica ou particular tomada pelo indivíduo, em que pese, para os segundos (antirrealistas construtivistas) haja uma espécie de equilíbrio reflexivo entre o que o agente faz (resultado) e a concepção que tem ou como concebe a verdade moral. Dito de outra forma, o antirrealismo construtivista concebe ser possível verificar os *motivos* da pessoa conforme suas atitudes avaliativas e isso significa que o motivo ou os fatos morais variam dependendo do comportamento de cada indivíduo.

246

Para exemplificar o realismo, a autora utiliza um exemplo baseado na seguinte afirmação: “*Hitler era moralmente depravado*”. Para os realistas morais, essa assertiva é verdadeira independentemente de qualquer julgamento nosso ou do próprio Hitler, à época de sua gestão como *Führer* da Alemanha, dado que os fatos morais, para o realismo, existem de forma independente das atitudes que tomamos (julgamentos que fazemos). Assim, o realismo fixa uma posição objetiva e não subjetiva da moralidade. Portanto, concebe os fatos morais como elementos externos aos indivíduos, ou seja, “*o realismo moral consiste, basicamente, na ideia de que há elementos objetivos que tornam nossos enunciados morais verdadeiros.*”⁷. O autor da tese acima, Mateus Romanini, explica, ainda, sobre o realismo moral, que ele

[...] estipula que fatos e propriedades morais são reais e que esses fatos e propriedades são, em algum sentido, independentes do que as pessoas pensam, creem e julgam. Sob esse ponto de vista, é possível afirmar que o ato de matar uma pessoa tem a propriedade de ser errado ou diz respeito ao fato de que matar é errado e que essa propriedade ou fato é independente do que as pessoas pensam sobre eles. (ROMANINI, 2016, p. 34)

6 A autora se refere simplesmente a *states*, ou seja, estados, mas se referindo a estados mentais ou comportamentos levados a efeito pelos indivíduos.

7 ROMANINI, Mateus. 2016, p. 17.



Na medida em que trata os fatos morais como oriundos de elementos objetivos, externos e independentes da atitude ou julgamento dos indivíduos, o realismo moral equivaleria, no âmbito da metaética, ao papel que a lógica ou a matemática cumprem no conhecimento racional técnico, qual seja, o de fixar ou estabelecer critérios objetivos para se chegar a determinado resultado. Isso porque, para o realista moral, quando alguém emite juízos de valor, ainda que os fatos sejam independentes dessa emissão de juízos, eles partiriam da crença ou da certeza que essas pessoas têm na existência de fatos moralmente verdadeiros ou falsos: “Quando falamos sobre o certo e o errado ou o bom e o mau, não parece que estamos tratando de meras preferências, gostos ou sentimentos, mas sim, falamos como se essas propriedades morais realmente existissem.” (ROMANINI, 2016, p. 34).

O realismo moral se dividiria em dois tipos ou espécies de realismo, o não naturalista e o naturalista, sendo que no primeiro caso os fatos morais não seriam redutíveis a fatos naturais, mas verdades normativas irredutíveis (STREET, 2006, p. 112)⁸, enquanto o realismo naturalista seria idêntico ao fato natural ou com ele se confundiria. A objeção de Street atinge ambas as posições argumentando quanto ao problema que estas teorias têm de enfrentar que ela chama de dilema Darwiniano.

247

3 TEORIA EVOLUCIONISTA E SUA RELAÇÃO COM JULGAMENTOS MORAIS

A autora inicia sua análise de um subcampo de estudo da biologia evolutiva, conhecido como *psicologia evolutiva*, e cujo processo segue a mesma linha de raciocínio da evolução orgânica, impingida ou impulsionada pelos fatores ambientais. Assim, levando em consideração a evolução das espécies, os organismos vivos sofreram pressões do ambiente no qual estavam inseridos e aqueles que melhor se adaptaram às condições passaram tais traços para sua prole, mantendo estas características. É plausível afirmar que os estados mentais tenham contribuído para a adaptação de diversos animais, englobando também os ancestrais dos humanos, inclusive no que diz respeito à moralidade. Um possível exemplo disto seria a maior adaptabilidade de uma espécie em que uma mãe defendia sua prole de predadores (CHURCHLAND, 2019, p. 34), fazendo com que chegassem à idade de procriação podendo replicar seus genes que favoreciam tal comportamento para a geração seguinte; no entanto,

8 Enquanto verdade normativa irredutível, o fato moral é como uma norma que prescreve “como deve ser”. Neste tipo de realismo os fatos morais se comportam como normas, ou seja, equivalem a elas, mas normas prescritivas e não no sentido de leis naturais.



em primeira pessoa talvez a resposta fosse um impulso afetivo e não necessariamente racional.

A seleção natural, uma das bases da teoria evolucionista, teria também alcançado a parte cognitiva humana e, assim, se aperfeiçoado ao longo do tempo com base nas necessidades que se apresentavam aos indivíduos, dentre elas, a de organização entre si e seus grupos. A moralidade, portanto, com base na teoria Darwiniana, teria surgido e se aperfeiçoado na espécie humana, como meio de manutenção da sobrevivência em grupos, conforme descreve Greene: “a moralidade é um conjunto de adaptações psicológicas que permitem indivíduos, que de outra forma seriam egoístas, a colherem os benefícios da cooperação” (GREENE, 2013, p. 23)⁹.

Diversos fatores além da seleção natural, entretanto, teriam determinado e ainda determinariam a alteração ou modificação do sistema cognitivo e, com ele, os julgamentos valorativos, como fatores sociais, culturais, históricos, entre outros (STREET, 2006), em que pese tais fatores possam ser considerados como elementos que constituem o aperfeiçoamento da cognição, dada a sua alta complexidade.

248 A partir de contribuições dos entendimentos realizados a partir da teoria da evolução podemos compreender melhor como ocorrem os processos cognitivos que levam à avaliação das atitudes morais. Isso parece óbvio se considerarmos, do ponto de vista em terceira pessoa, que ninguém avalia ou julga positivamente uma ação que cause danos a outrem sem trazer benefício algum para quaisquer pessoas (incluindo o próprio agente), porque sabe ou aprende que eliminando outros indivíduos, o agente tem sua própria sobrevivência arriscada. Por outro lado, aquele que promove a sobrevivência do outro tem como razão ou motivo o sucesso da manutenção de sua espécie e, assim, o julgamento de uma ação como esta tem uma valoração positiva (STREET, 2006). Assim, aqueles indivíduos que promovem a sobrevivência de outros membros de sua espécie acabam por auxiliar na manutenção deste traço que favorece o comportamento cooperativo. E, por sua vez, aqueles indivíduos que valoram positivamente tal conduta irão incentivar e aprovar tais ações, motivando com que o agente repita tais comportamentos, contribuindo com a sobrevivência daquela espécie, enquanto aqueles que condenam a cooperação e a evitam (ou agem de maneira oposta) teriam menores chances de sobrevivência devido seu comportamento egoísta, acarretando uma piora no sucesso reprodutivo e de sobrevivência sua e de seu grupo.

⁹ Do original: “Morality is a set of psychological adaptations that allow otherwise selfish individuals to reap the benefits of cooperation.”



Julgamentos sobre razões (motivos pelos quais fazemos ou deixamos de fazer algo) tendem a ser mais eficazes na perpetuação da espécie e respondem melhor a perguntas como “por que nos é terrível a morte de um filho, ou invés de ela ser considerada natural?” ou “por que pensamos no altruísmo sem recompensa como uma grande virtude e não como algo que deva ser eliminado?” são questões cujas respostas parecem claras para a biologia evolutiva: “estes tipos de julgamentos sobre razões tendem a promover sobrevivência e reprodução de forma mais efetiva do que julgamentos alternativos” (STREET, 2006, p. 115)¹⁰. As avaliações que fizemos, portanto, quanto ao conteúdo de uma ação moral, possui forte apelo da teoria evolucionista, porque dessas avaliações depende a manutenção da vida em comum ou vida em grupo:

Era de se esperar que o conteúdo de nossos julgamentos avaliativos tivesse sido fortemente influenciado por pressões seletivas. Dessa maneira, os padrões observados no conteúdo real da avaliação dos julgamentos humanos fornecem evidências a favor da visão de que os recursos naturais de seleção tiveram uma tremenda influência sobre esse conteúdo. (STREET, 2006, p. 117)¹¹

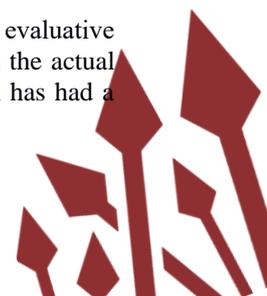
249

De acordo com a autora, entretanto, haveria, pelo menos, duas complicações iniciais para a teoria evolucionista: a primeira de que o curso da evolução não tem se mostrado de acordo com a ordem exata tal como apresentada pela psicologia evolutiva, de que nossos ancestrais simplesmente teriam adquirido a capacidade de julgar fatos com base na manutenção de sua espécie. Isso porque, ao longo da evolução, dentro do que se conseguiu apreender, registrar e analisar, nem todas os grupos ou sociedades humanas sobreviveram por meio da cooperação entre membros, dado que disputas entre grupos e territórios também contribuem para a constituição e manutenção da espécie, a despeito de que tais ações possam ter valoração negativa.

Uma segunda complicação se deveria à suposta questão hereditária, ou seja, que tais comportamentos ou atitudes avaliativas se constituiriam em traços herdáveis entre gerações, já que tais traços, como, por exemplo, o de ajudar o outro, também podem surgir como uma tendência ou experiência baseada no reflexo, como demanda de uma atitude em resposta a

¹⁰ Do original: “these sorts of judgements about reasons tended to promote survival and reproduction much more effectively than the alternative judgements.”.

¹¹ Do original: “[...] many with exactly the sort of content one would expect if the content of our evaluative judgements had been heavily influenced by selective pressures. In this way, the observed patterns in the actual content of human evaluative judgements provide evidence in favor of the view that natural selection has had a tremendous influence on that content.”.



outra. Contudo, segundo a autora, seria implausível traços de comportamento moral complexo serem herdados, podendo eles serem explicados através da cultura e do aprendizado.

Desta forma, segundo Street, apesar destas complicações, ambas apontam para uma influência das forças evolutivas para o nosso aparato cognitivo. Ainda que as pressões evolutivas não sejam as únicas forças que operam na valoração moral (além dos traços adquiridos antes da capacidade de valoração e a influência cultural), estas têm um papel fundamental, ainda que, de maneira indireta, sua influência foi crucial (STREET, 2006, p. 121).

4 O PROBLEMA DA EVOLUÇÃO NO REALISMO MORAL

250 A primeira questão apontada pela autora em seu artigo é de que o realismo deve se posicionar quanto à existência ou não de relação entre a influência da evolução nos julgamentos morais e os julgamentos morais independentes dessa influência. Ora, de um lado se tem a influência de certas pressões evolutivas no desenvolvimento de julgamentos morais, o que torna nossos julgamentos avaliativos dependentes da influência que essas pressões exercem sobre nós, e, de outro, as verdades avaliativas independentes que o realismo propõe. A opção de afirmar ou negação uma relação entre essas duas questões, para os realistas, resulta em diferentes consequências, as quais serão expostas de maneira simplificada no presente artigo.

Se o realista afirmar que *não* existe relação alguma entre a influência da evolução nos julgamentos avaliativos e a existência de julgamentos avaliativos independentes significa que a seleção natural não teria tido desempenhado qualquer papel no conteúdo de nossos julgamentos avaliativos. Uma pretensa relação entre eles seria, tão somente, uma feliz coincidência (STREET, 2006).

A segunda opção para o realismo é aceitar ou admitir a relação entre as questões postas, uma vez que o processo de seleção natural teria auxiliado ou efetivamente impulsionado os nossos julgamentos morais. Nas palavras da autora,

É bastante claro como o realista afirma a forma que devemos entender a relação entre pressões seletivas e verdades avaliativas independentes. A resposta é esta: podemos entender esses aspectos evolucionários como tendo rastreado a verdade; podemos entender a relação em



questão como uma relação de rastreamento da verdade. (STREET, 2006, p. 125)

Essa perseguição da verdade indicaria ou apontaria para a sobrevivência. A manutenção da espécie parece ser o alvo a ser atingido com a teoria da seleção natural darwiniana e de acordo com essa posição dos realistas, haveria compatibilidade entre ela e os fatos avaliativos independentes na medida em que a primeira (evolução) contribuiu para a existência do segundo (fatos avaliativos independentes). Ainda, corroborando com este entendimento, a autora menciona o entendimento de Parfit, referindo que a seleção natural poderia ter nos “escolhido” pela capacidade de raciocínio, e pela habilidade de responder a essas razões (STREET, 2006, p. 126)¹².

Da mesma forma que o pescoço da girafa ou a velocidade do *cheetah* foram condições que selecionaram tais animais para se manter até hoje no ecossistema, para os realistas morais nossas habilidades cognitivas e de relacionamento também nos mantiveram como espécie. A capacidade de discernir verdades se tornou vantajosa para nós ao longo dos séculos, para os fins de sobrevivência e reprodução.

Para a autora não é apenas coincidência que haja uma sobreposição entre o conteúdo das verdades avaliativas e o conteúdo da seleção natural, pois uma referenda o outro, no caso, aquiescendo na valoração social positiva quando há um elemento de manutenção da sobrevivência da espécie. Tome-se como exemplo o julgamento avaliativo de ser *ruim* quebrar os ossos (próprios ou de outrem) porque evolutivamente se trata de uma condição que impinge dor e limitação dos movimentos, assim como é racionalmente preferível que os ossos não se quebrem¹³.

O ponto fundamental do argumento da autora é que o realismo, em geral, para compatibilizar a teoria evolutiva com os julgamentos morais independentes, deve considerar que a primeira exerce sobre os segundos uma influência na forma de rastreamento, como a perseguição de um objetivo a atingir. Esse é um dos maiores problemas para o realismo moral, pois a teoria evolutiva descreve que as espécies acabam sendo resultado das pressões ambientes que sofrem, selecionando as que mais se adequam em cada contexto, enquanto alguns tipos de realismo focam na existência de fatos objetivamente apreensíveis como orientadores de julgamentos avaliativos que não seriam afetados por modificações do meio ambiente.

12 A autora, nesta passagem, faz menção de uma correspondência de Parfit.

13 STREET, Sharon. 2006. P. 153.



A conclusão à qual ela chega, no artigo, é a seguinte: o dilema darwiniano é um problema para os realistas porque as causas descritas pelo fenômeno evolutivo são tidas como parcialmente distorcidas, o que os fazem escolher o caminho do ceticismo normativo, do apelo à coincidência ou de que as verdades desempenham um papel de mera explicação dos fatos.

Avaliamos ou julgamos os fatos como valiosos porque o são em si ou porque nós determinamos que são? De acordo com a posição da autora, a resposta está entre as duas posições, pois:

antes da vida começar, nada era valioso. Então a vida surgiu e começou a ser valorada, não por reconhecer esse valor, mas porque as criaturas capazes de avaliar as coisas (certas coisas) tendiam à sobrevivência. Nesse sentido mais amplo, a avaliação vem antes do valor propriamente dito. Este é o motivo pelo qual o antirrealismo sobre valor está correto. (STREET, 2006, p. 156)

Conforme a autora, antirrealistas estariam mais coerentes com os dados coletados até então do que os realistas, por considerarem erros de julgamento como padrões exercidos pelo nosso comportamento avaliativo em detrimento dos fatos avaliativos.

252

A conclusão a que a autora chega é de que o realismo não dá conta ou não explica satisfatoriamente a relação entre as verdades avaliativas independentes que existiriam objetivamente no mundo com o fenômeno evolutivo, sendo, portanto, o realismo incompatível com a seleção natural. Na melhor das hipóteses, os realistas explicam a relação, quando a entendem existente, por uma espécie de “rastreamento” entre um e outro. Porém eis aí, também, certa lacuna na explicação, posto que o termo *rastreamento*¹⁴ utilizado pela autora é equivalente a busca por algo, ao atingimento de um objetivo, o que não parece, necessariamente, se referir a algo externo, mas que pode se originar juntamente com a capacidade cognitiva humana e a necessidade de organizar as relações entre grupos de indivíduos.

5 CONCLUSÃO

Se os eventos que promoveram a evolução são responsáveis pelos nossos julgamentos morais, então não existiriam fatos avaliativos independentes, ou seja, que fossem

14 Tracking.



externos a nossa constituição e objetivamente aferíveis. Por outro lado, os estudos neste campo demonstram a influência da evolução em nossos comportamentos, o fato de agirmos em conformidade com a conservação da espécie, numa relação de efeito em resposta a uma causa.

A argumentação de Street contribui de maneira ímpar para a discussão da impossibilidade do realismo moral, elaborando uma argumentação inovadora para o debate filosófico. Ainda que trazer elementos empíricos para o discurso da metaética não seja uma novidade¹⁵, a proposição do dilema darwiniano foi uma proposição inédita por parte da autora. Diante do dilema os defensores das correntes morais realistas enfrentam uma argumentação que ameaça sua posição forçando-os a respondê-la sob pena de falsear sua fundamentação.

Contudo, a contribuição de Street não encerra o escopo de pesquisa em metaética. Sua posição aponta para a necessidade de mais pesquisas visando à explicação de como o fenômeno moral ocorre. Isso porque a capacidade de avaliação de situações e da emissão de julgamentos morais, apesar de ter surgido através da seleção natural, se apresenta de forma muito mais complexa do que ações em resposta à cooperação para a manutenção da espécie.

253

A posição da autora implica o abandono do entendimento sobre ética de certos tipos de realismo moral, mas as perguntas de outro dilema, do dilema fundamental da metaética, permanecem em aberto.

15 Podemos citar como outros filósofos que argumentam contra o realismo moral através de proposições com base empírica Greene (2002) e Joyce (2006).



REFERÊNCIAS

- CHURCHLAND, Patricia S. *Conscience: the origins of moral intuition*. New York: W. W. Norton & Company, 2019.
- DALL'AGNOL, Darlei. O que é a Metaética? In: DALL'AGNOL, Darlei (org.). *Metaética: algumas tendências*. Editora UFSC: Florianópolis, 2013.
- DALSOTTO, Lucas Mateus. *O Construtivismo é uma teoria preferível ao realismo não-naturalista?* Não publicado. Anexo. 15 p.
- DUPRE, Ben. *50 ideias de ética que você precisa conhecer*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- GREENE, Joshua. *The Terrible, Horrible, No Good, Very Bad Truth About Morality and What to do About it*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Princeton University, Princeton, 2002.
- GREENE, Joshua. *Moral Tribes: emotion, reason, and the gap between us and them*. Penguin Books: New York, 2013.
- JOYCE, Richard. *The Evolution of Morality*. The MIT Press: Cambridge, 2006.
- OLIVEIRA, Marco Aurélio Caetano. Caracterizando o Realismo Moral. *Revista Ítaca*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/247>>. Acesso em: 23 set. 2021.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. 2. ed. brasileira. Trad. Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ROMANINI, Mateus. *Realismo moral: Proposta a partir da teoria Popperiana dos três mundos*. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria. 2016, 137 p. Disponível em <<http://w3.ufsm.br/ppgf/wp-content/uploads/2016/03/Mateus-Romanini.pdf>>.
- SINGER, Peter. *Ética Prática*. 2. ed. 1. ed. brasileira. Trad. Jéferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- STREET, Sharon. A Darwinian Dilemma for Realist Theories of Value. *Philosophical Studies*, vol. 127, n.1, p. 109-166, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11098-005-1726-6>.
- STREET, Sharon. What is Constructivism in Ethics and Metaethics? *Philosophy Compass*, vol. 5, p. 363-384, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1747-9991.2009.00280.x>.

